

À espera dos direitos

Nicolas Bonvakiades

Da equipe do **Correio**

Os problemas da Educação do governo Cristovam continuam no governo Roriz. Mais de 2 mil professores de contrato temporário com a Fundação Educacional do Distrito Federal estão sem receber seus direitos trabalhistas desde a rescisão do contrato, em dezembro de 1998. Os outros, mesmo contratados, deixaram de receber os vales-transporte referentes ao mesmo mês.

O professor Emílio Damasceno é um exemplo de quem trabalhou e ficou, até agora, a ver navios. Calcula que deveria receber em torno de R\$ 2 mil, na rescisão. Atualmente está tentando vender uma linha telefônica para pagar as contas. "Primeiro marcaram o pagamento para o dia 5, adiaram para dia 20, depois para 25 e até hoje, nada", conta desanimado.

Com um salário em torno de R\$ 900, já era difícil pagar o aluguel de R\$ 400 e ainda sustentar um filho de dois anos. Em dezembro a situação ficou pior ainda. Apesar de ter contrato de trabalho de 40 horas semanais, recebeu por 20 horas. A rescisão, os vales e o 13º são um sonho distante.

"Desde o dia 5, estou no sufoco. Já vendi alguns pertences para saldar dívidas, agora mesmo, estou vendendo um dos dois telefones que tenho" relata. Considerando-se discriminado dentro da categoria e sem perspectiva de renovação de contrato ou contratação por ter sido aprovado em concurso público em 1997, diz-se profundamente desesperançoso.

Em situação menos crítica que a de Emílio, o professor Welerson Nóbrega, 32 anos, já está "vacinado" contra os problemas de fim de contrato, depois de seis anos prestando serviços à FEDF e, mesmo tendo sido aprovado em concurso público em 1997, não vislumbra ainda um fim para o tormento.

"Meu contrato foi prorrogado até 22 de janeiro. Não recebi férias, dizem que não há verba", diz. Apesar do re-

começo oficial do ano letivo no dia 3 de março, ainda não sabe se continuará trabalhando. "Por enquanto, não deram previsão", comenta.

CONTA HERDADA

O presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro), Marcos Pato, diz que o número de professores provisórios que deixaram de receber seus direitos ultrapassa dois mil. "Devem ser quase três mil", avalia. "A informação que tivemos da Fundação é que estariam regularizando a situação, mas temos recebido muitas queixas no sindicato", informa.

Para Pato, o que ocorre é um verdadeiro calote. "Eles (os professores) cumpriram sua obrigação, se faltassem um dia, eram descontados. O governo simplesmente deixa de pagar os salários e não é penalizado por isso", queixa-se.

Enquanto num contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o empregador é obrigado a pagar mais um mês de salário quando o pagamento da rescisão ultrapassa o tempo regulamentar, a FEDF não será sequer multada. "O professor tem que pagar multa e juros pelas contas que atrasam. Eles não pagam nada extra e, por isso, não se preocupam", ironiza o sindicalista.

Pato ainda critica o não pagamento dos vales-transporte de dezembro. "O governo atual pagou janeiro e diz que a dívida de dezembro é de Cristovam. Ora, os professores são empregados da FEDF, não desse ou daquele governo", diz.

A secretária de Educação, Eurídes Brito, garante que todos os professores com contrato temporário rescindido receberão seus direitos. "Não deixaram caixa para isso. Creio que os débitos serão quitados até o fim do mês", afirma. Quanto aos vales-transporte: "Cumprir o previsto no meu orçamento — não posso atrasar nesses compromissos. Os vales de dezembro serão pagos quando houver folga de caixa", garante.